

RELAÇÕES DE MULHERES NEGRAS COM O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOB O OLHAR DE UMA PROFESSORA DE APOIO

BLACK WOMEN'S RELATIONSHIPS WITH SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE THROUGH THE EYES OF A SUPPORT TEACHER

Adriellen Santos Aragão

Universidade Estadual de Feira de Santana

Cristina de Araújo Ramos Reis

Instituto Federal da Bahia

Maria Inês Corrêa Marques

Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este artigo visa identificar, sob a ótica da Pedagogia Feminista Negra, as nuances e desafios presentes em minhas experiências como graduanda em História, mulher negra e professora de apoio no contexto do Atendimento Educacional Especializado, sendo um recurso humano de apoio para os atendimentos realizados por uma profissional baixa visão. Exploro como as intersecções entre raça, gênero e deficiência moldam e influenciam minha atuação nesse cenário educacional complexo. Utilizando uma abordagem (auto)biográfica como professora de apoio, busco aprofundar a compreensão das dinâmicas envolvidas nesse papel, evidenciando que suas atribuições estão em constante processo de desenvolvimento e definição. Destaco, assim, a importância da Pedagogia Feminista Negra como uma ferramenta essencial não apenas para orientar as práticas dentro do AEE, mas também para enriquecer e informar outras abordagens pedagógicas adotadas na escola pública. Ao promover uma educação mais inclusiva e sensível às múltiplas identidades e vivências dos alunos, essa perspectiva pedagógica contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Educação Básica. Pedagogia Feminista Negra. Professora de apoio.

Abstract: This article aims to identify, from the perspective of Black Feminist Pedagogy, the nuances and challenges present in my experiences as a History undergraduate, a black woman and a support teacher in the context of Specialized Educational Assistance, as a human resource to support the assistance provided by a low-vision professional. I explore how the intersections between race, gender and disability shape and influence my work in this complex educational setting. Using an (auto)biographical approach as a support teacher, I seek to deepen my understanding of the dynamics involved in this role, highlighting that its attributions are in a constant process of development and definition. I thus highlight the importance of Black Feminist Pedagogy as an essential tool not only to guide practices within the ESA, but also to enrich and inform other pedagogical approaches adopted in public schools. By promoting a more inclusive education that is sensitive to students' multiple identities and experiences, this pedagogical perspective contributes significantly to building a more just and equitable society.

Keywords: Basic Education. Black Feminist Pedagogy. Support teacher.

A pessoa negra com deficiência na Educação

Este artigo busca analisar, sob a luz da Pedagogia Feminista Negra, meu olhar enquanto professora de apoio¹ negra da Educação Básica entre 2022 e 2023 — mais especificamente na Educação Fundamental dentro da modalidade de ensino Educação Especial no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) — entrecruzando raça, gênero e deficiência. A função principal neste trabalho se deu por realizar atividades de auxílio para uma profissional de AEE baixa visão. O texto a partir de questionamentos suscitados pelo Curso de Pedagogia Feminista Negra.

Uma criança/estudante negra na Educação enfrenta a barreira do racismo diariamente, submetida a um projeto capitalista de educação tradicional (Pinho; Amaral, 2022) que tem como modelo o homem branco. Subalternizada de maneiras múltiplas, essa criança negra, sendo uma garota com deficiência, por exemplo, precisa enfrentar o capacitismo — que vê as pessoas com deficiência com olhar caritativo, incapazes, ao invés de sujeitos de direito (Pereira, 2008) — e a desigualdade de gênero, historicamente enraizados na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Pedagogia Feminista Negra se configura como “uma prática política e um aprender fazendo política no dia-a-dia” (Perry, 2006, p. 180) revolucionária que tem em vista enfrentar esses preconceitos citados desafiando o modelo tradicional de educação, a partir da colaboratividade de mulheres negras inseridas no movimento educador.

O AEE com uma abordagem transversal nas escolas teve origem com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008. Essa política foi um marco importante para a inclusão nas escolas de educação básica no Brasil. Em 2023, houve um novo impulso para essa política com o anúncio do Plano de Afirmção e Fortalecimento pelo presidente Lula e pelo Ministro da Educação, Camilo Santana, indicando a continuidade do compromisso do governo federal com a promoção da inclusão educacional. Isso aconteceu após a revogação do

¹ Optei por utilizar o termo “professora” ao invés de “profissional” de apoio, pois, ao se referir a uma professora em formação graduanda em História, faz-se uma relação direta com a docência e as atribuições de professora de apoio, sem fazer dissociações.

Decreto 10.502/20, assinado por Jair Bolsonaro em 2020, que encorajava a exclusão de alunos com deficiência. Essa revogação foi realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma de suas primeiras decisões após a posse, por meio do Decreto 11.370/2023.

Essa medida foi comemorada por profissionais da educação e famílias de crianças com deficiência, pois o decreto anterior permitia a criação de escolas especiais e aulas segregadas.

O Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, que trata do Atendimento Educacional Especializado, tem como objetivo eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, conforme estabelecido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (Brasil, 2008). O AEE se destina a alunos com deficiência, aqueles que têm

desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da vida social [...] (Diniz, 2012, p.7)

Nesse sentido, os estudantes com transtornos do espectro autista, que possuem diferenças na comunicação e interação social, comportamentos repetitivos e percepções sensoriais diferenciadas (Mattos; Nuernberg, 2011); assim como alunos com altas habilidades/superdotação, que apresentam potencial elevado em determinadas áreas do conhecimento humano (Brasil, 2008).

Os estudantes da Educação Especial e do AEE são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), espaço com recursos específicos para o AEE em turno oposto ao das aulas regulares, podendo a Educação Especial ser articulada em quaisquer níveis ou modalidade de educação articulando professores de Sala Comum e da sala especializada criando uma interseção no aprendizado na união das duas (Ropoli et al., 2010).

O profissional de apoio é um recurso humano da Educação Especial e deve realizar “atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante” (Brasil, 2015) e, nesse contexto, promove-se a eliminação de barreiras e enfrentamento do capacitismo.

Utilizando as bases da Pedagogia Feminista Negra, é possível realizar uma leitura, bem como uma ação interseccionalizada sobre o AEE na Educação Básica. Isso

está em consonância com a interseccionalidade, pois ela lança um olhar sobre múltiplas formas de subordinação social como racismo, sexismo, opressão de classe (Creenshaw, 2002) e outros sistemas com o capacitismo

Assim, a abordagem interseccional, especialmente na perspectiva da Pedagogia Feminista Negra, permite uma análise mais profunda e holística do AEE na Educação Básica. Isso significa que podemos considerar não apenas uma única forma de subordinação social, como o racismo ou o capacitismo, mas sim múltiplas formas de opressão que se interseccionam, como o racismo, sexismo, opressão de classe e capacitismo.

Ao reconhecer e abordar essas interseções, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para combater as diversas formas de discriminação e desigualdade presentes no ambiente escolar. Portanto, a luta contra o racismo e o capacitismo, quando integrada com a promoção da igualdade de gênero e outras formas de justiça social, fortalece o compromisso com a inclusão e a equidade na Educação Básica.

Caminhos percorridos

Para realização deste artigo utilizei do método qualitativo, observando dinamicidades da vida social e sua riqueza de significados (Minayo, 2001). Tal metodologia foi utilizada como apoio sobre um Relato de Experiência mediante uma narrativa (auto)biográfica, um processo narrativo sobre si e o outro utilizando como recorte a experiência do sujeito (Passeggi; Souza, 2017).

Após certa relutância, decidi construir este artigo em primeira pessoa, também por ser tão íntimo falar do “eu” que a academia nos faz criar uma fria visão distante de observador, e o “nós” fica escondido. É a minha experiência como uma mulher negra que está se graduando em Licenciatura em História, professora de apoio que atuou com uma professora baixa visão na Educação Básica, auxiliando no AEE.

O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, visto que foi construído a partir de observações cotidianas e dados anonimizados que não requerem aprovação ética formal. Com a ausência de parecer institucional em um prazo adequado

e com procedimentos informais conduzidos de forma ética mantendo a integridade dos sujeitos que aparecem na pesquisa, decidi dar continuidade ao trabalho seguindo princípios éticos gerais, mediante consentimento prévio e coautoria deste trabalho, a profissional de AEE Cristina Reis.

Entre 2022 e 2023, trabalhei por oito meses na Escola Nilma (nome fictício), sendo de Ensino Fundamental II e funciona em três turnos, e à noite contempla a Educação de Jovens e Adultos. A escola possui infraestrutura com salas de aula, banheiros, refeitório, biblioteca, sala de informática e multimídia, auditório, quadra, salas de diretoria e professores, Sala de Recursos Multifuncionais e recursos de acessibilidade arquitetônica (INEP, 2021). A Escola Nilma se encontra em um bairro de adjacências periféricas e é o cenário desta narrativa.

Os eixos de análise se dividiram em dois momentos intitulados “O lugar das mulheres negras do AEE” e “Olhares sobre a questão racial e de gênero na escola”, debruçando-se sobre as unidades de sentido de forma interseccionalizada. Para construção da análise, foi essencial compreender a Pedagogia Feminista Negra e suas atribuições, a partir de autoras Annette Henry (2005) e as autoras presentes na coletânea Pedagogia Feminista Negra (2022). Assim como o modelo social de deficiência proposto por Débora Diniz (2007), que define o sujeito com deficiência como aquele que foi submetido às barreiras construídas pela sociedade, bem como as políticas de inclusão na Educação. Apoiei-me nos conceitos de capacitismo, racismo e na desigualdade de gênero para discutir tal trajetória com uma leitura interseccional e encontrar uma saída na Pedagogia Feminista Negra.

Ao analisar a trajetória da professora de apoio de uma professora negra baixa visão no AEE na Educação Básica, utilizei os conceitos de capacitismo, racismo e desigualdade de gênero como ferramentas para uma análise interseccional, considerando como essas formas de opressão se entrelaçam e se manifestam no contexto educacional.

O lugar das mulheres negras do AEE

Ao pisar na escola, eu não sabia o que fazer. Sabia que precisava acompanhar algum estudante com deficiência no que precisasse na escola, visto que tive uma breve formação prévia, mas a dinâmica das coisas mudou quando descobri que auxiliaria uma professora baixa visão². Antes de estar no ambiente escolar, sequer sabia como tornar um ambiente de aprendizagem adequado para as pessoas com deficiências. Segundo o Art. 3º § XVIII da Lei brasileira de Inclusão uma professora de apoio realiza:

atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas” (Brasil 2015)

Essa profissão é recente, citada na Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Em quatro semestres (onde me encontro no momento da escrita), a universidade ainda não me contemplou com esse debate. As propagandas, os discursos e as práticas sócio-históricas inviabilizam o debate, nada me denunciava o trato que se precisa ter com as pessoas com deficiência na escola — e em outros ambientes. Isso não me isenta da culpa de não me pôr em um lugar de alteridade, essas lacunas foram sendo preenchidas ao apreender o que é a Educação especial e o que é educação Inclusiva.

Realizei atividades de apoio na mediação de atendimentos, adequação de documentos conforme as demandas da baixa visão da professora e dos atendimentos, transcrição e leitura de textos, descrição de imagens dos recursos da SRM e das atividades dos estudantes e mediação de jogos realizados durante os atendimentos. Sendo assim, são atividades que ultrapassam o que a Lei Brasileira de Inclusão prevê a respeito da minha atribuição nesse estágio, ainda assim promovendo acessibilidade e inclusão no ambiente escolar não só para os estudantes, como para uma professora.

² A baixa visão “trata-se de um comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos, que não pode ser sanado, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas” (Domingues, 2010, p. 8).

Essas características são muito diferentes do que as minhas colegas faziam, em sala de aula com os estudantes. Então é notável que ser uma professora de apoio é um processo em construção, sem ser uma profissão necessariamente regularizada e necessitando de muitas pontuações em suas atribuições de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa que recebe o serviço. Antes eu tinha impressões hegemônicas simplórias: “uma pessoa com deficiência, que falta alguma coisa, e ela precisa de rampa, cão-guia, tem umas demandas específicas a depender da deficiência”. Com a experiência isso muda, reiterando o conhecimento sobre o modelo social do conceito de deficiência e sua aplicabilidade.

O AEE não foi só o trabalho diário, mas também me oportunizou um espaço que me fez criar laços de vivências entre mulheres negras, tornando o espaço da SRM acolhedor e humano. Uma relação dialógica com a gestão, algumas colegas e a própria professora que eu apoiava, todas mulheres negras. Os espaços de Conselho de Classe, por exemplo, serviam para debater soluções referente a problemas com preconceitos entre os estudantes, como homofobia, racismo e capacitismo. A compra ou até mesmo elaboração de materiais didáticos eram orientados a ter prioridade com imagens que se parecessem com a vida cotidiana dos/das estudantes, como, por exemplo, jogos de imagens apenas com crianças com deficiência e eventos artísticos e literários com ênfase e autoras negras e produções que se associam à estética afro-brasileira.

Essas atividades refletem uma proposta de Cavallero (2001), de fazer com que a criança acesse o conceito e produza o conhecimento por meio de materiais didáticos em que ela se encontre e se identifique enquanto pessoa negra, em consonância com o pensamento feminista negro que cria tais estratégias de ensino-aprendizagem “a partir do lugar social que as mulheres negras ocupam como coletividade” (Pinho; Amaral, 2022).

Em minha experiência, quando tentava fazer uma leitura da reação dos estudantes atendidos na SRM com recursos imagéticos com personagens que se pareciam com eles, constatei essas práticas como um passo fundamental em direção a uma educação libertadora. Ao adotar uma abordagem que valoriza a empatia histórica, reconheci a importância de evidenciar no cotidiano escolar as experiências históricas de

diferentes grupos, incluindo mulheres negras, em diversos contextos educacionais, inclusive no AEE e na produção e execução dos recursos didáticos.

Olhares sobre a questão racial e de gênero na escola

A educação é um processo de transmissão, apreensão e troca de conhecimento, se estendendo enquanto formação de um indivíduo, portanto um processo de disputa em projetos de sociedade historicamente construídos (Pinho; Amaral, 2022). Um espaço educativo construído por mulheres negras modifica como ele é construído a respeito de ações refletidas em experiências de gênero e raça, conforme trazido no relato essa autopercepção enquanto mulher negra no espaço que ocupei profissionalmente. Para hooks³ (2017, p.10), “o lecionar — o educar — era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta antirracista”, e ainda o é, pois há uma luta constante nesse compromisso político com os estudantes negros.

A prática de Pedagogia Feminista Negra é uma educação de protesto contra o capitalismo patriarcal branco e cisheteronormativo que explora a minoria pelo lucro e constrói uma crítica a educação tradicional pautada na luta antirracista (Henry, 2005). A sociedade brasileira se forma a partir de um histórico colonialista de produção e de formação do imaginário sócio-cultural, em que a identidade étnico-racial é um fator determinante nas estruturas sociais, mas é omitido ideologicamente por ideais de miscigenação em favor do embranquecimento do Brasil, refletindo no trato com as crianças em sala de aula (Carneiro, 2011).

A criança, o *infans*, é tratada como aquela que ainda não fala por si, apesar de ser um sujeito histórico e de direitos, e a criança negra ainda enfrenta o racismo que organiza a sociedade capitalista, conseqüentemente influenciando nas práticas pedagógicas da Educação Básica (Santiago, 2015). Segundo Lélia Gonzalez (1979), os mecanismos de perpetuação do racismo na educação exercem uma violência simbólica

³ bell hooks é citada em letras minúsculas em acordo com seu posicionamento político diante de normas academicistas, como ela gostava de se apresentar.

sobre os estudantes negros, tratando-os como “desajustados” e incapazes de serem “bons alunos”.

Os estudantes do AEE da escola tratada, crianças negras com deficiência, encontram dificuldades ampliadas na trajetória plena de ensino aprendizagem, seja por sua classe, cor, gênero e/ou deficiência. É visível como elas e eles são vistos tanto pelas professoras ou outros colegas com desdém, e nós sabemos o porquê disso. Elas têm que lidar com o racismo, o machismo e o capacitismo, cruzando diversos sistemas de opressão:

[...] no caso da mulher com deficiência, o processo de precariedade da vida se dá pela interseção de estruturas capacitistas e de gênero que, ao estabelecer sólidas barreiras ao acesso à escola, [...] as colocam em posições desiguais em relação aos homens com deficiência e às mulheres sem deficiência. (Farias, 2017, p. 11)

A pauta de gênero também é evidenciada quando, nas atividades de entrevistas, percebi que somente mães trazem seus filhos para os atendimentos e muitas relatam que os pais são ausentes, sendo possível perceber a questão familiar e de gênero se interseccionalizando no AEE. Esse ato de cuidado geralmente é realizado por mulheres, um atributo sócio-cultural imposto ao gênero feminino, descrito por Kittay (1999) como um “trabalho para a dependência”, que vai além da lógica do mercado mas sai da esfera privada.

A relação de mulheres negras que vejo é encontrada na união pelo gênero e pela raça em prol da luta contra o capacitismo, percebendo esse lugar comum de subordinação social como um apoio para o exercício da alteridade. Nas práticas de Sala Comum e de Sala de Recursos multifuncionais, a valorização do sujeito negro em seus traços fenotípicos e seus atos — seja nos recursos didáticos ou nas práticas do cotidiano — é evocada em resposta à forma como crianças negras com e sem deficiência são percebidas e tratadas na sociedade, edificando, sob a Pedagogia Feminista Negra, liberdade nos processos de ensino-aprendizagem.

Para a intelectual negra bell hooks, a Pedagogia Feminista Negra é fundamental em sua proposta revolucionária de mudar radicalmente as relações de poder na sala de aula, possibilitando um espaço de equidade para as crianças negras com deficiência na Sala Comum, enfatizando os olhares sobre a questão racial e de gênero na escola. Assim,

ela enfatiza a importância de criar um espaço de equidade para as crianças negras com deficiência na Sala Comum, destacando as interseções entre questões raciais, de gênero e de deficiência na escola.

Considerações

O processo de feitura não se finalizou com o estágio. Ainda não sou professora, nem uma professora de apoio com todas as funções regulamentadas e é necessária muita luta para se alcançar a práxis da Pedagogia Feminista Negra. Mas é um passo inicial, reconhecer o meu lugar de luta enquanto futura professora negra — e já como estudante negra — na construção de ambientes educativos. As atribuições da profissão de apoio não estão inteiramente constituídas e, ao acompanhar uma profissional de AEE com deficiência, consegui perceber e construir uma nova relação além da que já existe com as crianças/estudantes, e isso torna necessária uma revisão das atribuições do(a) professor(a) de apoio em sua atuação. A relação de mulheres negras na Educação Básica e na Educação Especial encontra-se na luta conjunta por eliminação de barreiras frente ao racismo, capacitismo e desigualdade de gênero na escola, estando em consonância com a proposta de mudança radical na educação da Pedagogia Feminista Negra.

Essa abordagem pedagógica visa desafiar e dismantelar as estruturas de opressão presentes no ambiente educacional, reconhecendo as múltiplas formas de subordinação que afetam as crianças negras com deficiência. Ao incorporar o ponto de vista das mulheres negras e de outros grupos historicamente marginalizados, podemos promover uma educação mais diversificada e representativa, que reflita a riqueza da experiência humana. Isso contribui não apenas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mas também para o desenvolvimento integral de todos os estudantes, independentemente de suas origens ou características individuais.

Ao analisar as interseções entre raça, gênero e deficiência, a Pedagogia Feminista Negra oferece uma visão mais holística e inclusiva da educação, na qual todas as crianças são reconhecidas em sua totalidade e têm suas necessidades atendidas de

ARAGÃO, Adriellen Santos; REIS, Cristina de Araújo Ramos; MARQUES, Maria Inês Corrêa. Relações de mulheres negras com o atendimento educacional especializado sob o olhar de uma professora de apoio. *Rev InCantare*, Curitiba, v.21, p. 1-14, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

maneira adequada e respeitosa. Isso contribui para a construção de um ambiente escolar mais justo, acolhedor e empoderador para todos os estudantes.

Referências

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALLERO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In*: CAVALLERO, Eliane. (org). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan.2002. Available from:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X200200010011&lng=en&nrm=iso><http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- DE MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil . **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 129–141, 2011. DOI: 10.5902/1984686X1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

ARAGÃO, Adriellen Santos; REIS, Cristina de Araújo Ramos; MARQUES, Maria Inês Corrêa. Relações de mulheres negras com o atendimento educacional especializado sob o olhar de uma professora de apoio. *Rev InCantare*, Curitiba, v.21, p. 1-14, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

DOMINGUES, Celma dos Anjos; SÁ, Elizabet Dias de; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; ARRUDA, Sônia Maria Chadi de Paula; SIMÃO, Valdirene Stiegler. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010.

FARIAS, Adenize Queiroz de. (2017). **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

GONZALEZ, Lélia (1979). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HENRY, Annette. Pedagogia Feminista Negra: críticas e contribuições. Tradução de Carolina Pinho e Catia Cilene Santos. **Counterpoints**, vol. 237, 2005, pp. 89–105. Disponível em: < www.jstor.org/stable/42978676 >. Acesso em: 09 nov. 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KITTAY, Eva F. 1999. **Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency**. New York: Routledge,

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto No. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: < http://planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm >. Acesso em: 13 nov. 2022.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Investigación Cualitativa**, v. 2, n. 1, p. 6-26, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Mestrado e Doutorado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2008.

PERRY, Keisha-Khan Y. Por uma pedagogia feminista negra no Brasil: o aprendizado das mulheres negras em movimentos comunitários. In: MÜLLER, Maria Lucia Rodrigues; PAIXÃO Léa Pinheiro. **Educação, diferenças e desigualdades**. Mato Grosso: EdUFMT, 2006.

ARAGÃO, Adriellen Santos; REIS, Cristina de Araújo Ramos; MARQUES, Maria Inês Corrêa. Relações de mulheres negras com o atendimento educacional especializado sob o olhar de uma professora de apoio. *Rev InCantare*, Curitiba, v.21, p. 1-14, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

PINHO, Carolina; AMARAL, Elisa Amanda Santos do. As contribuições do Pensamento Feminista Negro para uma Educação Infantil antirracista. *In*: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima. (org). **Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações**. São Paulo: Veneta, 2022. p. 119-140.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTIAGO, Flávio. Creche e racismo. **Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 441-460, 2015.

Sobre as autoras:

Adriellen Santos Aragão está cursando Licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atualmente é bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq vinculada ao projeto SER TÃO FORTE: Desenvolvimento Territorial Sustentável (CNPq/MDA/SPM-PR N 11/2014 - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET)

Cristina de Araújo Ramos Reis é Pessoa Baixa Visão, possui graduação em Pedagogia com Habilitação em Magistério para Deficientes Mentais na UNIMEP (2001), Especialização em Educação inclusiva na IAESB (2009); Especialização em LIBRAS UNYAHNA (2010); Especialização em Educação Especial: Formação continuada de Prof. em AEE, UFC (2011). Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental - UTIC (2013). Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2018). Doutoranda no programa de doutorado em difusão do conhecimento (DMMDC) UFBA (2021).

Maria Inês Corrêa Marques é Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Departamento de Educação II da Faculdade de Educação (FACED), professora permanente do Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestrado e Doutorado na Universidade Federal da Bahia, em ensino de História e História da Educação Superior, respectivamente. Realizou dois estágios de pós doutoramento o primeiro pela Universidade de Valladolid, Espanha, tratando a internacionalização da educação superior europeia. O segundo, pela Universidade do Estado da Bahia, no campo da pesquisa (auto) biográfica, memória e história. Desenvolve projeto de formação pedagógica de professores de História pela pesquisa-formação, em escolas públicas estaduais de Salvador, e de Educação em Direitos Humanos. Orienta e leciona temáticas ligadas ao ensino de História, à difusão e gestão do conhecimento, metodologia da pesquisa, análise sociocognitiva, criatividade, metodologia projetual transdisciplinar de ensino e pesquisa. É pesquisadora, líder do Grupo de Pesquisa em

ARAGÃO, Adriellen Santos; REIS, Cristina de Araújo Ramos; MARQUES, Maria Inês Corrêa. Relações de mulheres negras com o atendimento educacional especializado sob o olhar de uma professora de apoio. Rev InCantare, Curitiba, v.21, p. 1-14, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

Conhecimento e Tecnologias - REDPECT; que reúne egressos do PPGDC e orientandos, coordena pesquisas em difusão do conhecimento, educação, economia criativa, economia solidária, territórios de desenvolvimento socioeconômico.